

A mandioca e os carros de boi: ruralidades de uma Ilha ao Sul do Brasil

Cassava and oxcarts: ruralities an island southern Brazil

Giovana Callado Ferreira¹
João Klug²

Resumo: O artigo discute as mudanças produzidas pelo processo de urbanização na Ilha de Santa Catarina nos espaços outrora considerados “rurais”. Através da prática do cultivo da mandioca, da produção da farinha e da reemergência dos encontros dos donos de carros de boi, o texto pretende demonstrar que apesar dos discursos vigentes apontarem para o esvaziamento das práticas de ruralidade, as trocas promovidas entre o “rural” e o “urbano” permitem perceber um universo sócio cultural muito mais complexo do que supunha a velha dicotomia que colocava em campos opostos o campo e a cidade.

Palavras-Chave: Rural, urbano, ruralidade, mandioca, carreiros.

Abstract: This paper discusses the changes produced by the process of urbanization on the island of Santa Catarina in the spaces once considered "rural." Through the practice of cassava cultivation, production of flour and the reemergence of the meetings of the owners of bullock carts, the paper seeks to demonstrate that despite the prevailing discourses point to the emptying of the practices of rurality, promoted exchanges between the "rural" and "urban" experience one partner allow cultural universe more complex than supposed the old dichotomy that placed on opposite sides countryside and city.

Keywords: Rural, urban, rurality, cassava, carters.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina na linha de Migrações, Construções Sócio Culturais e Meio Ambiente. Membro do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental.

² João Klug (Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina).

O compadre Manoéli Preira subiu o morro da Lagoa da Conceição da Ilha de Nossa Senhora do Desterro e, com seus filhos, derrubou um pedaço de mata-virgem, queimou-a e acovairou o terreno “prá-móde” plantar rama de mandioca – a mani-oka dos nossos índios³.

A situação descrita pelo folclorista e estudioso das práticas culturais da Ilha de Santa Catarina, Franklin Cascaes, remete a história de uma cidade que foi constituída com tonalidades do que poderíamos chamar de mundo “rural”.

A ilha de Santa Catarina, localizada no caminho entre o porto do Rio de Janeiro e a Colônia do Sacramento, no Uruguai, estava posicionada estrategicamente dentro das disputas entre os portugueses e os espanhóis pelo controle das áreas que davam acesso ao estuário da Baía platina.

Entre as estratégias utilizadas ao longo do século XIX pela metrópole portuguesa para ocupar este pedaço de terra ao Sul do Brasil, destacou-se: o incentivo para a vinda de aproximadamente seis mil imigrantes das ilhas de Açores e Madeira. Estes imigrantes desenvolveram uma economia tendo como base uma estrutura agrária de pequena propriedade familiar, voltado em grande medida para a subsistência. Todavia, as terras da ilha de Santa Catarina não possuíam as mesmas características de fertilidade dos solos vulcânicos dos Açores criando assim, oportunidades para que os migrantes desenvolvessem novos cultivos. A mandioca, planta originária do continente americano, já conhecida pelos índios da região, se tornaria a base alimentar da Ilha.

Dentre outras atividades que surgiram neste contexto estavam: a construção naval, as técnicas de construção de engenho, de carros de boi, a olaria de cerâmica decorativa e utilitária, a renda de bilro, a manufatura de tecidos, a pesca e a caça da baleia.

Dos lugarejos que se formaram no interior da Ilha, os habitantes passaram a sobreviver da roça e pesca, do cultivo da mandioca seguido da cana, amendoim, milho, café, construía engenhos de farinha e moendas de cana onde se fabricava o açúcar, o melado e a cachaça e criavam animais⁴.

³ CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

⁴ CECCA (Centro de estudos Cultura e Cidadania). **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1996.

O cultivo da mandioca e a produção da farinha estiveram presentes em diferentes lugares do Brasil, assumiram uma importância primordial nos diferentes usos da terra. Por vezes no mercado de exportação, como durante a guerra do Paraguai, em outras, no atendimento de uma demanda local, acarretada pelos mercados urbanos e rurais.

Barickman⁵ em seu estudo sobre a importância da produção da farinha de mandioca para atender as demandas locais no Recôncavo Baiano, entre os séculos XVIII e XIX, conclui que a economia de exportação escravista foi capaz de fomentar um mercado local de mandioca e de outros gêneros de primeira necessidade. José Augusto Leandro⁶ também elaborou estudo sobre a produção de farinha de mandioca no litoral do Paraná na segunda metade do século XIX e concluiu que o modo de vida rural na comarca de Paranaguá era marcado profundamente pela cultura material da farinha de mandioca.

Na antiga Nossa Senhora do Desterro, como já nos apontava Virgílio Várzea, autor cujos escritos remontam ao início do século XX, o cultivo da mandioca e a produção da farinha estiveram presentes no cotidiano de seus moradores. Na Ilha, de acordo com este autor, a exploração agrícola baseava-se na mandioca, na cana-de-açúcar, no milho, no feijão, no amendoim, no algodão, na videira e, no café. Mas, com exceção deste último, eram insignificantes⁷. Vale ressaltar que o autor em questão produz sua narrativa em meio ao seu contexto histórico em que se propagavam discursos envoltos na tese do “atraso” tecnológico em que o Brasil se encontrava, com suas práticas agrícolas “arcaicas” e seus agricultores desprovidos das “ciências” necessárias para o “progresso” da agricultura. De suma importância para buscarmos indícios de práticas rurais na Ilha, Virgílio Várzea deve ser lido à luz das questões que lhe eram contemporâneas.

Outros estudos, baseados em Relatórios Provinciais, feitos pela historiadora Susana Cesco, apontam para a importância do comércio da farinha de mandioca na Ilha de Santa Catarina. Entre os anos de 1849-50 a província de Santa Catarina exportou 504.000 alqueires de mandioca, sendo

⁵ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca, escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

⁶ LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno e o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 216-217, 2007.

⁷ VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina**: a Ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

Desterro responsável por 56,06% do total da província⁸. Cesco nos informa ainda que no último quartel do século XIX, não somente a Ilha de Santa Catarina, mas também outras regiões agrícolas do Brasil tiveram um declínio da produção agrária. A retração das atividades agrícolas na Ilha está inserida num contexto de transformações do cenário Ilhéu que se ancora: no crescimento da população e produção do continente fronteiriço à Ilha, ao crescimento da população das áreas centrais que então ocupam áreas antigas de produção e passam a consumir os produtos agrícolas das áreas mais ao interior e, também, ao próprio crescimento do núcleo urbano, atrelado às funções administrativas de capital da província.

As mudanças prosseguem na virada do século. A cidade de Florianópolis já foi cenário dos discursos que, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, propagavam a “necessidade” da realização de reformas urbanísticas e sanitárias para que a mesma estivesse em consonância com os moldes nos quais, os grupos mais abastados, entendiam como cruciais para se atingir o “progresso” e a “civilização”. Neste momento, o alvo das investidas urbanísticas esteve concentrado em grande parte, no centro da cidade, que teve suas ruas alargadas em conjunto com o início da construção das obras de um sistema sanitário, da implantação da iluminação pública e até mesmo da abertura da primeira avenida da cidade, a Avenida Hercílio Luz.

No entanto, é na segunda metade do século XX que sob o prisma do ideário desenvolvimentista, a Ilha de Santa Catarina foi alvo de investimentos por parte do poder público que imaginava “vincular o desenvolvimento de Santa Catarina a um futuro em que Florianópolis aparece como protagonista no estado, sendo modernizada e recebendo investimentos”⁹. Esta pretensão ancorada nos discursos que colocam o estado como idealizador das políticas de planejamento, esteve ancorada na tese de que a cidade, para alcançar o caminho da modernização, da técnica e do progresso, deveria apagar as marcas de um passado rural-agrário entendido como “atrasado”. Isto reverbera uma visão dualista que tematiza a

⁸ CESCO, Susana. A questão agrícola na ilha de Santa Catarina no século XIX. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 434-466, out. 2010.

⁹ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana**. Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. 445p. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2002.

sociedade como “moderna”, “urbana” e “industrializada” em oposição a uma sociedade agrária, “atrasada”, “estagnada”.

Na prática, regiões que representavam áreas onde predominavam os modos de vida “rural” tornaram-se alvo de investidas por parte do poder público e dos setores interessados no “desenvolvimento” da capital do Estado de Santa Catarina. Entre estas se podem mencionar as regiões de Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Jurerê, Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui, localizadas no interior da Ilha, região norte. Janete Pasini, em seu trabalho sobre a Cachoeira do Bom Jesus, mostra que a ampliação do centro da cidade foi crucial para a transformação da fisionomia de Florianópolis, mesmo que para isso fosse necessário colocar abaixo o velho casario e, as ruas estreitas, que supostamente simbolizavam o “atraso”. Era necessário ainda, alargar a ocupação das áreas mais ao interior, que precisavam neste contexto, tornarem-se também espaços urbanizados e remodelados. “A cidade também deve avançar sobre a sua porção rural (o interior da Ilha) e semi-rural (as chácaras mais próximas do centro) intervindo nos hábitos e costumes populares com o intuito de limpar os traços rurais (...)”¹⁰.

Eis que chega a década de 70. As transformações urbanas daí advindas privilegiavam o setor de transportes e a expansão industrial. Cabe destacar a construção da rodovia SC 401 que liga o núcleo urbano central aos balneários do norte da Ilha, a rodovia SC 404, a via de Contorno Norte (Avenida Beira Mar Norte), a construção do aterro da Baía Sul, a inauguração da segunda ponte (Colombo Salles), a implantação do campus da UFSC, atraindo estudantes e intelectuais de diferentes partes do Brasil. Nesse quesito destacou-se também o papel da ELETROSUL, atraindo engenheiros e outros profissionais para a Ilha.

As mudanças atreladas às campanhas de transformação da cidade em espaço de modernidade atraíram novos migrantes que aos poucos irão transformar as facetas sociais, econômicas e culturais da cidade. Os anos 70 trouxeram no seu bojo uma série de discursos que vislumbravam transformar Florianópolis em uma cidade moderna, turística e, sobretudo, “urbana” e não mais “rural”.

¹⁰ PASINI, Janete Maria. **Memória e Cotidiano:** a Cachoeira do Bom Jesus entre 1960 e 1970. 2005. 92p. Monografia (Graduação em História). UDESC, Florianópolis, 2005.

A imagem dos campos, das freguesias, dos engenhos de farinha, dos cafezais, da pescaria artesanal, deveria ser superada em nome da cidade moderna. O processo modernizante desencadeou transformações não só na paisagem, mas fundamentalmente no viver dos antigos moradores¹¹.

Essas transformações são percebidas de diferentes formas pelos antigos moradores das áreas que vivenciaram as mudanças da urbanização mais fortemente a partir da década de 70. Em meio ao asfalto que segue sepultando os antigos caminhos e, aos condomínios e loteamentos que ocupam o que outrora já foi lavoura, o plantio da mandioca e a produção da farinha emergem com novas tonalidades.

Cláudio Andrade, presidente da Associação dos moradores de Santo Antônio de Lisboa e proprietário de um engenho de farinha que ainda permanece em atividade esboça elementos para pensar a questão da fluidez dos limites rural e urbano na contemporaneidade. Em entrevista concedida à autora ele destacou a permanência do cultivo da mandioca na Ilha e, os novos significados que os envolvidos com as ruralidades contemporâneas reivindicam: “... é importante que a sociedade reconheça que esta prática, cultura, existe, que é muito forte, e que está sobrevivendo encurralada pelas construções...”¹².

Ainda que, nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, tenha ficado claro que o cultivo da mandioca é hoje atividade secundária para muitas famílias que a praticam, foi destacada nas falas dos entrevistados, a importância, segundo estes, da manutenção de uma prática que é reconhecida pelos mesmos como parte integrante de suas vidas. Estes grupos tem nas suas histórias de plantio um passado ligado a um mundo rural e agrícola. Mesmo “encurralada pelas construções”, a presença do cultivo da mandioca na Florianópolis contemporânea, trouxe à tona as múltiplas facetas que se apresentam diante dos processos de ocupação e usos da terra. Se, nas antigas comunidades rurais do interior da Ilha, a terra era utilizada como espaço de produção, subsistência e caminhos para os carros de boi, na segunda metade do século XX, a chegada das lajotas e do

¹¹ Idem, p.70-71.

¹² ANDRADE, Cláudio Agenor de. Depoimento concedido à autora em 12 de outubro de 2013.

asfalto, trouxeram uma imagem de “progresso” e “desenvolvimento” que não foi percebida por todos de uma forma unívoca.

Nas palavras de um atual plantador de mandioca e dono de carro de bois, as facetas do propagado “progresso”:

Não, eu não acho que é bom, apesar que desenvolve o progresso da Ilha de Santa Catarina né, do município, mas pra nós que somos morador, do jeito que cresceu, olha ficou muito difícil. Porque hoje não tem espaço para mais nada né, a ilha hoje foi tomada né, por todo o pessoal que viero de fora aí, exploraram a Ilha e não deixaram nada aí pra nós(..) pessoas que tem cavalo e animais aí que dependem de andar ficou muito difícil né, porque hoje é em cima de lajota, hoje não tem espaço pra mais nada, hoje não pode o carro de boi cantar que todo mundo acha ruim(...)¹³.

Sr. José Zino de Andrade, morador de Santo Antônio de Lisboa, deixa aparecer através da sua fala um olhar que, ao mesmo tempo em que reconhece no “progresso” algo positivo, também o identifica como causador das dificuldades vividas atualmente pelos moradores mais antigos da região. Nas palavras deste, o calçamento das ruas, identificado na referência à lajota, representa uma dificuldade para aqueles que usam como transporte meios que se utilizam de animais. A Ilha aparece “invadida” na percepção do Sr. José, a Ilha “foi tomada” diz ele. Por outro lado, para os novos moradores, vindos de outros centros urbanos, surge um estranhamento em relação às práticas ligadas ao modo de vida rural, como é o caso do uso dos carros de boi e o “cantar” característico dos mesmos.

É perceptível por aqueles que hoje percorrem os bairros de Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa as marcas trazidas pelas reformas urbanas empreendidas desde então. A cidade de concreto avançou, as ruas estreitas dos bairros em questão foram calçadas com lajotas ou mesmo asfalto, mas o velho carro de boi segue como parte integrante daquele contexto. O urbano que avança parece sufocar o rural ou mesmo apagar suas marcas. Agora, um olhar mais atento mostra que este rural insiste em

¹³ ANDRADE, José Zino de. Depoimento concedido à autora em 28 de julho de 2013.

permanecer, este se transforma, promove trocas com o mundo intitulado urbano, se reinventa dentro de um urbano que parece querer engoli-lo.

O cultivo da mandioca por moradores de regiões como a Barra do Sambaqui e, a prática dos encontros dos carreiros na Ilha, bem como a organização das carreatas, que percorrem ruas e integram festividades da Ilha, mostram que a questão é muito mais complexa do que meramente expunha a velha dualidade que interpretava o urbano e o rural como realidades antagônicas e excludentes. O plantio da mandioca, a farinhada, a presença dos carros de boi nas ruas, nos concursos, nas festividades do calendário religioso local, trazem à tona as permanências, os conflitos, as tensões de uma Ilha que vivenciou um intenso processo de urbanização, mas que, ao contrário do que pensa o senso comum, insiste em redesenhar os limites entre o que é rural e o que é urbano.

Esse debate enseja alguns questionamentos teóricos como: quais deveriam ser os significados dos termos rural e urbano na contemporaneidade? E ainda, com outras palavras: seria ainda pertinente usar os termos “rural” e “urbano” para identificar realidades sociais e espaciais distintas?

As mudanças ocorridas nas relações sociais e de trabalho no campo na segunda metade do século XX transformaram as noções de “rural” e “urbano”. Discutir a noção de ruralidade em um contexto de trocas cada vez mais intensas entre o campo e a cidade não significa buscar novas premissas em que se possam encaixar tais definições, este esforço se dá no sentido da busca por uma compreensão maior do tema que engendre a questão da ruralidade como um processo dinâmico, em constante transformação, que pode ser expresso de formas distintas, em ambientes heterogêneos, por atores sociais que não formam um bloco coeso e homogêneo. A dicotomia rural versus urbano, bem como a tese da urbanização que levaria a transformação do rural numa continuidade do mundo urbano, tem recebido contribuições dos que buscam repensar a questão da ruralidade.

A autora Maria José Carneiro propõe pensar o rural centrado nos agentes sociais e não simplesmente na noção de espaço, esta entendida enquanto algo simplista, que não é capaz de dar conta de uma realidade complexa onde é cada vez mais difícil definir fronteiras rígidas entre os mundos rural e urbano. A ruralidade deve ser pensada a partir das trocas realizadas entre os agentes sociais diante do processo de incorporação e reelaboração de valores, técnicas e hábitos. Nas palavras de Carneiro:

(..)as noções de “rural” e “urbano”, assim como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando portanto sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas¹⁴.

Como hipótese interpretativa, os estudos da antropologia, desenvolvidos por Carneiro, levam a pensar a ruralidade contemporânea como um processo dinâmico em que a proximidade entre os espaços intitulados “rurais” com os “urbanos” implica um movimento que vai perceber as relações campo e cidade não da perspectiva do discurso da modernização do campo, tampouco da perspectiva que defende a manutenção de um suposto modo de vida “rural”, mas sim em uma perspectiva plural, em que ocorre a interpenetração entre campo e cidade, cujo foco de análise está nos agentes sociais, contribuindo para o enriquecimento do tecido social e abrindo espaço para poder imaginar outros cenários, outras respostas para os problemas sócios ambientais contemporâneos.

É pertinente destacar também que a partir dos anos 90 alguns estudiosos do tema passaram a fazer uso de uma nova categoria chamada “rurbano” ou ainda, “rurbanidade”. Gustavo Cimadevilla, professor do departamento de Ciências da Comunicação na Argentina publicou um texto muito interessante sobre isto. Neste, o autor afirma que as leituras que hoje reconhecem as ruralidades como algo plural e que percebem os processos de urbanização do rural como fatos que popularizaram o uso da categoria “rurbanidade”, não dão a devida atenção às emergências da ruralização do urbano e ao estudo da interpenetração dos contrários¹⁵. Aqui, mais uma vez, um autor que apresenta como as categorias conceituais são criadas e estão envoltas em diversos processos e debates intelectuais que exigem do pesquisador o cuidado de revisitar e analisar tais questões. Localizando o uso do termo “rurbano”, nos debates da década de 90, Cimadevilla defende

¹⁴ CARNEIRO, Maria José Teixeira. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53 a 76, out. 1998.

¹⁵ CIMADEVILLA, Gustavo. De la dicotomía urbano-rural a la emergencia urbana. Momentos y movimientos. **Esboços**, v. 12, n. 13, p. 50 a 71, 2005.

que a penetração do “urbano” no “rural” implica também no seu contrário e complementa afirmando que a rurbanidade a que se refere, é resultante de um diverso processo de interpenetração e coexistência de contrários.

A importância e a pertinência de trazer esta discussão para Florianópolis, residem no fato de que as transformações vivenciadas na Ilha de Santa Catarina, a partir da década de 70, aparecem nos discursos vigentes apontando para uma imagem homogênea de cidade, uma Florianópolis que a cada dia torna-se mais “urbana” e apaga suas marcas de ruralidade. Estas imagens, muitas vezes com a pretensão de serem hegemônicas, tornam invisíveis outras facetas da cidade, estas marcadas pela reelaboração constante que os diferentes agentes sociais fazem de suas relações com os espaços e, com as formas de significar um rural hoje muito mais próximo do urbano.

A proximidade cada vez maior entre os mundos rural e urbano na Ilha de Santa Catarina não está conduzindo a um esfacelamento das experiências de ruralidade. As trocas cada vez mais intensas tem sido responsáveis pela emergência de ruralidades transformadas e ressignificadas. Os encontros promovidos pelos donos dos carros de boi das localidades de Santo Antônio, Sambaqui e Rio Vermelho colocam em evidência esta questão. Este texto busca contemplar duas festas promovidas dentro destas comunidades onde os carros de boi são elementos fundamentais nas dinâmicas destes grupos e destes festejos. A primeira é a Festa do Divino do Divino Espírito Santo, realizada no bairro de Santo Antônio de Lisboa entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2013. A segunda é o III Encontro dos Carreiros das localidades de Santo Antônio, Sambaqui e Rio Vermelho, organizado pelos donos dos carros de boi e seus familiares juntamente com o apoio de algumas lideranças da Associação de moradores do bairro de Santo Antônio, ocorrido no dia 12 de outubro de 2013.

O livro *Festas de Carros de boi* apresenta uma pesquisa que buscou apontar a presença desse festejo em diferentes momentos da história do Brasil, traz ainda uma caracterização das práticas presentes nestes momentos, traça uma radiografia da presença destes festejos em diferentes lugares do Brasil atual. De acordo com o autor do referido trabalho, nas festas de carros de boi os participantes se encontram num ambiente onde a cooperação, a amizade e o respeito se fazem presentes, há um esforço, nas palavras do autor, para a “preservação de uma cultura que quase foi

extinta”¹⁶. “Nelas, tem-se boa comida, prazeres e diversões variadas; abolição temporária da hierarquia e do status social, ou seja, nelas se festeja o coletivo, a tradição e não o individualismo e o artificialismo da sociedade contemporânea”¹⁷. Neste sentido o autor defende ainda que, na contemporaneidade, o uso dos carros de boi saiu da esfera do trabalho para inserir-se na esfera do festejar.

Festa é sem dúvida um termo polissêmico. Norberto Luiz Guarinello faz considerações muito pertinentes para o uso de análises historiográficas que busquem tratar das relações existentes entre festa, trabalho e cotidiano. A festa, para este autor, é espaço de produção de certa “identidade que é dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e que, portanto, se inscreve na memória coletiva”¹⁸. Mas ressalta ainda que, se as festas produzem identidade, são estas, na verdade, identidades em diferentes formas. E ainda, dizer que a festa produz identidade, não significa afirmar que a mesma esteja inserida em algo que é homogêneo, marcado pelo consenso. Ao contrário, a festa ao mesmo tempo em que é parte do social, é capaz de trazer à tona, seus conflitos, suas tensões, suas fissuras.

As festas podem comportar uma multiplicidade de sentidos, podem ser lidas de formas distintas por segmentos distintos, podem representar uma tentativa de tentar impor certa identidade. Mas o fato importante aqui é que “nenhuma festa pode, assim, ser entendida plenamente dentro de si mesma, mas devem ser inscritas na cadeia de significados que as festas produzem...”¹⁹.

Uma das manifestações aqui apresentadas em Florianópolis, a Divina Carreata, está inserida no contexto de uma festa comemorada na Ilha e também em outros lugares do Brasil, a Festa do Divino Espírito Santo. A intenção desta análise não é discutir a festa do Divino em si mesma, mas, os significados dos desfiles de Carros de boi neste contexto. De volta ao início deste texto, trago mais uma vez a fala do apresentador da Décima Segunda Carreata do Divino:

¹⁶ CORRÊA, Rogério. **Festas de Carros de boi**. Minas Gerais: Editora VirtualBooks, 2013.

¹⁷ Idem, p. 21.

¹⁸ GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (Orgs.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2001. v. II.

¹⁹ Idem, p. 974.

(...) estes que fazem parte do cotidiano do Ilhéu, com a lida das roças, a lida dos engenhos, né, os donos de carros de boi engrandecem os festejos do Divino e fortalecem a cultura do manezinho, esse manezinho, esse manezinho do interior da Ilha, da lavoura, que vivia de sua agricultura de subsistência(...) ²⁰.

Sua fala é repleta de sentidos, os donos de carros de boi são, neste momento, identificados com a “cultura do manezinho”, que pelo trabalho nas roças, nos engenhos, “engrandecem os festejos do Divino”. O apresentador da festa inicia sua fala destacando a importância do desfile dos carros de boi num contexto onde, cada vez mais, segundo suas próprias palavras, a cidade que avança sobre o “rural” torna-se uma “ameaça”. O mesmo reafirma então, a importância dos carros de boi e seus carreiros na manutenção de uma identidade almejada. Fortalecer a “cultura do manezinho” pode, dessa maneira, ser lido de diferentes maneiras. A questão da “identidade açoriana” já foi abordada por diversos autores. A historiadora Maria Bernardete Ramos Flores em seu estudo sobre a Farra do boi mostra o momento em que a questão da açorianidade ganha uma nova dimensão. No contexto da realização do Primeiro Congresso de História Catarinense realizado em 1948 tem-se a construção de uma nova narrativa que buscou perceber os açorianos, seus descendentes e suas características culturais, de uma forma positiva. Anteriormente a este momento histórico existiam imagens que associavam estes açorianos à tristeza, à indolência e ao atraso. Maria B. Ramos chama a atenção para o momento em que se trava uma disputa simbólica entre a identificação de Santa Catarina como um Estado portador da contribuição cultural dos açorianos e, de outro lado, um estado identificado com a colonização germânica.

Num momento em que áreas com a presença da colonização germânica experimentavam certo crescimento do ponto de vista material, o “fracasso” do projeto agrícola açoriano era compensado pelo triunfo de seus aspectos culturais ²¹. Ampliando este debate, Reinaldo Lohn diz que: “o homem do litoral”, até então visto como indolente e vítima das

²⁰ Discurso de abertura da Décima Segunda Carreata do Divino, 2013.

²¹ SCHOROEDER, Adriane. **Histórias de engenho**: os engenhos de farinha de mandioca em Florianópolis: tradição, modernidade, representações. Joinville: Ed. UNIVILLE, 2007.

contingências do meio natural, como expresso na obra de Othon D eça, passava a ser, o “açoriano”, portador das virtudes mais nobres...”²². A partir da década de 80 do século XX entra em cena a figura do “manezinho”. Este, era identificado como nativo da Ilha, descendente de origem açoriana, que se caracterizava pelo linguajar rápido, pela relação com o mar, com a pesca, que curte Terno de Reis, Festa do Divino e a Farra do boi²³.

A criação do troféu Manezinho da Ilha por Aldírio Simões traz a tona este momento em que o “mané”, adjetivo pejorativo, torna-se o “mané”, portador de uma “identidade cultural” de um povo. Ainda que possamos afirmar que não existe uma “identidade açoriana”, entende-se que, a afirmação de uma “identidade manezinha” nos desfiles de carros de boi é uma forma de demarcar fronteiras no território cultural. Assim, se os condomínios e loteamentos caracterizam uma perda de território para os moradores mais antigos destas antigas freguesias da Ilha, se existe uma desterritorialização física, a (re) emergência dos desfiles de carros de Boi pelas ruas e festas de Santo Antônio servem como uma reterritorialização. Como nos diz Tomlinson, “...a desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço cultural mais complexo”²⁴. Dessa maneira, o desfile dos carros de boi emerge num contexto em que se busca reafirmar a presença do “rural” em meio à expansão “urbana”. Os carros de boi assumem o papel de protagonistas do festejo durante o desfile, transmutam-se de elementos de uma vida normalmente marcada pelo trabalho árduo para elementos de um momento lúdico, de encontro e troca de sociabilidades.

O desfile da Divina Carreata apresenta ainda um concurso que, entre outros aspectos, escolhe o carro de boi que vier com a melhor alegoria. Os mesmos apresentam-se um a um, os carreiros, responsáveis por conduzir os bois, são apresentados pelo nome. Os animais também são apresentados de acordo com seus respectivos nomes. E, as alegorias são tão variadas que vão desde grandes laçarotes colocados nas cabeças dos animais até pedaços de fitas coloridas amarradas na parte de trás do carro. Mulheres, crianças, familiares em geral, vem em cima dos carros de boi. Elemento fundamental

²² LONH, op. cit., p.128.

²³ FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2000.

²⁴ TOMLINSON, J. **Globalization and culture**. Chicago: Chicago Universitypress, 1999. p. 149.

é a camiseta feita especialmente para este momento que traz estampada na parte da frente a foto de um carreiro e seu carro de boi. Cada ano é escolhido um carreiro diferente a quem se quer homenagear. Todo o desfile é acompanhado pelos moradores ali presentes, pelos visitantes, pelos comerciantes do lugar, mas também por um cinegrafista que prepara as imagens do desfile, que depois serão exibidas em um programa chamado, Histórias do Fausto. Este programa tem a característica de apresentar reportagens dedicadas a contar histórias da Ilha de Santa Catarina.

Um dos carros premiados no concurso da Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo trazia no seu interior uma senhora fazendo renda de bilro. Note-se que esta é uma prática artesanal de produção de renda realizada pelas mulheres das regiões do interior da Ilha, considerado como característico da “cultura açoriana”. O “açorianismo” aparece reelaborado, sob as marcas de um “rural” que se quer exaltar. Aqui, o “rural” é elemento que simbolicamente é reinventado por aqueles que vivem hoje uma contemporaneidade em que o “rural” e o “urbano” estão cada vez mais intercambiáveis e complicados de demarcar. Estão borrados como em um desenho cujas bordas tornam-se imperceptíveis.

José Marcos Froelich afirma que o “rural”, “ao se tornar suporte de um imaginário e de práticas de recolocação na atualidade, torna-se substrato privilegiado para a construção de identidades coletivas...”²⁵. E vai além ao dizer que:

Como estratégia de projeção dessa cultura identitária, recorre-se facilmente à estetização e a espetacularização, produzindo-se aí ecléticas composições. E, nesse âmbito, os simulacros constituem-se dinamizadores da atratividade mediante a recriação da “aura de autenticidade” com a qual se envolvem os objetos, as encenações e os eventos que compõem a referida estratégia... Nesse processo, não só as configurações socioespaciais se tornam híbridas como também as identidades aí construídas não mais se referenciam em um único código cultural homogêneo e coerente... As identidades assim construídas estão em

²⁵ FROELICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. IN: CARNEIRO, Maria José. (Coord.) **Ruralidades contemporâneas: modos de pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012. p. 222.

permanente (re) elaboração e tendem a ser, portanto, fluidas, híbridas e multirreferenciadas.

Os carros de boi enquanto elementos de identificação de uma vida rural aparecem no desfile como referências de “identidades fluídas, híbridas e multirreferenciadas”, ora como aporte ao trabalho na agricultura, ora como signo de uma “cultura” que se quer manter viva, ora como referência à “açorianidade”, exemplificada pela presença da rendeira. Os carros de boi já não são mais elementos unicamente identificadores dos seus usos no trabalho agrícola. Trazê-los para as ruas, enfeitá-los, promover um concurso, integrá-los à Festa do Divino Espírito Santo, sem dúvida, é parte das ruralidades contemporâneas, que ao contrário de desaparecer, estão sendo reelaboradas.

Cláudio Agenor de Andrade, carreiro, dono de engenho, presidente da Associação dos moradores de Santo Antônio fala sobre o desfile dos carros de boi:

(...) uma porque as pessoas se confraternizam e tem prazer de estar aqui se confraternizando neste dia, mas ela tem esse cunho de conscientizar as pessoas da importância de suas histórias, de sua cultura e principalmente de abrir os olhos em relação a este fato²⁶.

Aqui se torna evidente a importância dada a este tipo de prática enquanto espaço de troca, de sociabilidade, de compartilhamento de experiências e, sobretudo, de pertencimento a uma determinada “cultura” que se quer valorizar. Nas palavras de Cláudio as carreatas tem cunho de “conscientizar”, de “abrir os olhos” para o que está ali sendo visto. “Em nosso tempo, é uma ilusão pensar a cultura em bloco, pretendendo homogeneização, pois ela encerra diferenças significativas”²⁷. Mesmo entendendo que a cultura é algo multifacetário, as palavras do entrevistado pareciam indicar, em primeiro lugar, a ideia de que existe entre moradores da Ilha um sentimento de pertencimento a uma intitulada “cultura açoriana” e, em segundo lugar, que esta está cada vez mais ameaçada pelo

²⁶ ANDRADE, Cláudio Agenor de. Depoimento concedido à autora em 12 de outubro de 2013.

²⁷ FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi**: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997. p. 55.

crescimento da cidade. A realização de encontros envolvendo os Carros de boi poderiam, segundo Cláudio, servir como estratégia para impedir esta manifestação da “cultura do açoriano”- diretamente identificada com a “cultura do Ilhéu”-, de desaparecer, em meio às “ameaças” representadas pela urbanização e, pela chegada de novos moradores, com novos e diferentes hábitos.

Márcia Fantin fez um estudo sobre Florianópolis em que abordou as tensões existentes na Ilha a partir da chegada dos migrantes vindos de outros centros do país. A autora percebe os conflitos surgidos do “encontro” entre, os “nativos”, aqueles que nasceram na Ilha e são considerados herdeiros de uma suposta “tradição”, com os “estrangeiros”, aqueles que vieram “de fora” e escolheram Florianópolis para morar. “Viver uma cidade é uma experiência que traduz múltiplos significados para os diferentes grupos e pessoas que compartilham a vida na cidade”²⁸.

O segundo momento de encontro envolvendo os carros de boi é uma prática organizada pelos carreiros, familiares e moradores dos bairros de Sambaqui, Santo Antônio e Rio Vermelho. O objetivo é promover uma “confraternização entre as famílias” de acordo com relatos dos próprios envolvidos. É o que eles chamam de “Encontro dos Carreiros”. O Terceiro Encontro dos Carreiros, aconteceu no dia 12 de outubro de 2013, envolvendo os carreiros de Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. Um dos organizadores do evento, Cláudio Agenor de Andrade, explicou como surgiu a Festa dos Carreiros:

(...)a gente começou assim de forma muito modesta, muito discreta com a festa do Divino em dois mil e ...as histórias do desfile de andar em carreatas com o carro de boi surgiu na Festa do Divino em 2002 né, com a Carreata do Divino Espírito Santo que acabou estimulando outras comunidades também a fazer seus desfiles de carros de boi, suas carreatas. E hoje, esse evento, ele acabou derivando para a Festa do carreiro, que aí ela não tá elencada com nenhuma programação

²⁸ FANTIN, Márcia. **Cidade dividida:** dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2000. p. 42.

extra, tipo festa do Divino, ela é genuinamente dos carreiros, esta é a terceira edição²⁹.

A importância da realização do Terceiro Encontro dos Carreiros dentro do atual momento que vive a Ilha, quando a Câmara de vereadores começa a discutir a aprovação do projeto para um novo Plano Diretor para a cidade, foi também ressaltada pelo entrevistado. Este destacou a participação dos moradores nos debates do novo plano com o objetivo de garantir o direito que eles pensam como justo receber, para continuar plantando mandioca em uma área de APP (Área de Preservação Permanente) e acessando o local por um antigo caminho das rotas comerciais da Ilha. Hoje, este mesmo caminho encontra-se dentro de um condomínio particular, cujos moradores foram apontados como “dificultadores” desta passagem, sob a alegação que os animais trazem mau cheiro e, que os carros de boi fazem barulho que perturba os mesmos moradores.

São estas as tensões que surgem em meio a uma discussão que não pode ser colocada de lado: qual a cidade que queremos? E mais, quais as relações homem e ambiente queremos construir nesta trajetória? Donald Worster nos lembra que não é possível trancar a natureza como peça de museu, mas é possível e desejável que os historiadores lembrem que não podem mais alegar que haja uma narrativa única e universal de mudança a qual todas as espécies, todas as comunidades e todos os lugares devem se conformar³⁰.

Para a produção destas reflexões foi crucial o uso da metodologia da história oral. A história oral e as memórias, como nos lembra Portelli, abre um campo de possibilidades, abre um esquema de experiências compartilhadas, reais ou imaginárias³¹. Estas experiências narradas a partir das memórias possibilitam ao pesquisador vislumbrar a construção de uma história que traz como agentes as pessoas comuns, constituintes do grande enredo das sociedades, mas muitas vezes esquecidas nos bastidores da vida

²⁹ ANDRADE, Cláudio Agenor de. Depoimento concedido à autora em 12 de outubro de 2013.

³⁰ WORSTER, D. A natureza e a desordem na história. In. FRANCO, J. L. de A.; DUTRA e SILVA, S.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G.(Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.383.

³¹ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 8, 1996.

cotidiana. Henri Bergson³² trata da memória enquanto uma ação subjetiva, ela está presa ao sujeito que através de um processo constante de reelaboração, evoca o passado que chega ao presente não como o real, mas como uma representação. Para este autor não há memória pura, não fazemos uma regressão ao passado, ao contrário, o evocamos pelo presente. Nesse sentido, a memória é processo em constante construção, por vezes manifestada explicitamente, por outras ocultadas, a expressão da memória através da lembrança não é processo linear e apresenta-se marcado por tensões. Os entrevistados desta pesquisa possibilitaram o vislumbrar outra Florianópolis, uma cidade vivida e experimentada de diferentes formas. Uma cidade onde as fronteiras entre o que é considerado “urbano” e “rural” encontram-se fluídas cada vez mais difíceis de demarcar no universo espaço – temporal. Seus limites estão borrados.

³² BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.